

POLÍTICA

politica@jj.com.br

► SÉRIE COMISSÕES DA CÂMARA

Grupo de cinco vereadores examina e emite parecer sobre projeto, que vem da Procuradoria Jurídica e da Diretoria Legislativa

‘Justiça e Redação’ serve de filtro para demandas da Casa

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Depois de abordar no último dia 16 o trabalho da Comissão de Direitos, Cidadania e Segurança Urbana (CDCIS), a série especial de reportagens do JJ Regional sobre as nove comissões permanentes da Câmara de Jundiá detalha neste domingo (25) a de Justiça e Redação (CJR), considerada uma das mais importantes do Legislativo. É por ela que passam todos os projetos de lei, moções e demais demandas da Casa, antes de irem para votação no plenário.

Segundo Gabriel Milesi, diretor legislativo da Câmara, a CJR serve de filtro para todas as proposições que ali tramitam. “A comissão examina a proposta dos parlamentares e emite um parecer sobre o assunto, tanto do ponto de vista legal quanto do texto final. Como a Casa possui outras oito comissões permanentes, se o tema tem a ver com um deles vai para a

comissão correspondente. Se for um assunto que não se encaixa nas comissões restantes, a Justiça e Redação encaminha o projeto de volta à diretoria Legislativa, que aí o manda para apreciação no plenário”, explica Gabriel.

Um projeto pode tramitar em média por 20 dias na Câmara. Se o assunto for urgente, este tempo pode ser abreviado, de acordo com Milesi, ou estendido, se houver necessidade de maior análise, consulta a documentos vindos do Executivo ou análise mais aprofundada do departamento jurídico. “O presidente da comissão pode dar o parecer de forma individual ou designar um dos cinco membros para fazê-lo. Aí o projeto pode ir para votação na sessão ordinária seguinte, ser votado em sessão extraordinária ou seguir sob análise sem prazo de ir para a pauta. Isso pode durar meses, mas não é sempre que ocorre”.

Composição

O presidente da CJR de

Jundiá é Marcelo Gastaldo (PTB). Seus quatro membros são: Edicarloos Vieira (PSD), Paulo Sérgio Martins (PPS), Dika Xique-Xique (PR) e Rogério Silva (PHS). “A Comissão de Justiça e Redação é uma das duas mais importantes da Câmara. A outra é a de Finanças e Orçamento (CFO). Quis participar da Justiça e Redação pelo aprendizado de ter contato com tudo o que vem dos vereadores e do Legislativo. A CJR é um filtro importante e ajuda os parlamentares a terem noção de como podemos formular projetos para reivindicar o que os cidadãos mais precisam, nas áreas de saúde, educação e outras”, diz Edicarloos.

O vereador do PSD lembra que a comissão se reúne ao menos uma vez por semana. “Às vezes trocamos ideias sobre determinado assunto 10 minutos antes das sessões ordinárias. Antes dos componentes da CJR darem seus pareceres, eles precisam estudar bem o tema, o que exige tempo. Por isso,



DIRETOR LEGISLATIVO Gabriel Milesi explica que a CJR emite parecer sobre os assuntos, tanto do ponto de vista legal quanto do texto final

pedimos um prazo maior para lermos tudo”.

Edicarloos exemplifica uma proposta que só será apreciada no plenário em um ano e meio aproximada-

mente. “É o Plano Diretor, que tem que ser transparente e com total participação da sociedade. As discussões sobre isso só estão começando”, diz. Na próxima semana,

o Jornal de Jundiá Regional abordará o trabalho da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo. Acompanhe no domingo (2).